

BIO DIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio - Edição 01 | Ano 01 | Maio de 2018

ICMBIO LANÇA ATLAS DOS MANGUEZAIS
DO BRASIL

PATAXÓS CELEBRAM TERMO DE COMPROMISSO COM O ICMBIO

SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORIA DE RPPNS SERÁ
COMPARTILHADO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS



ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

CECAV

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

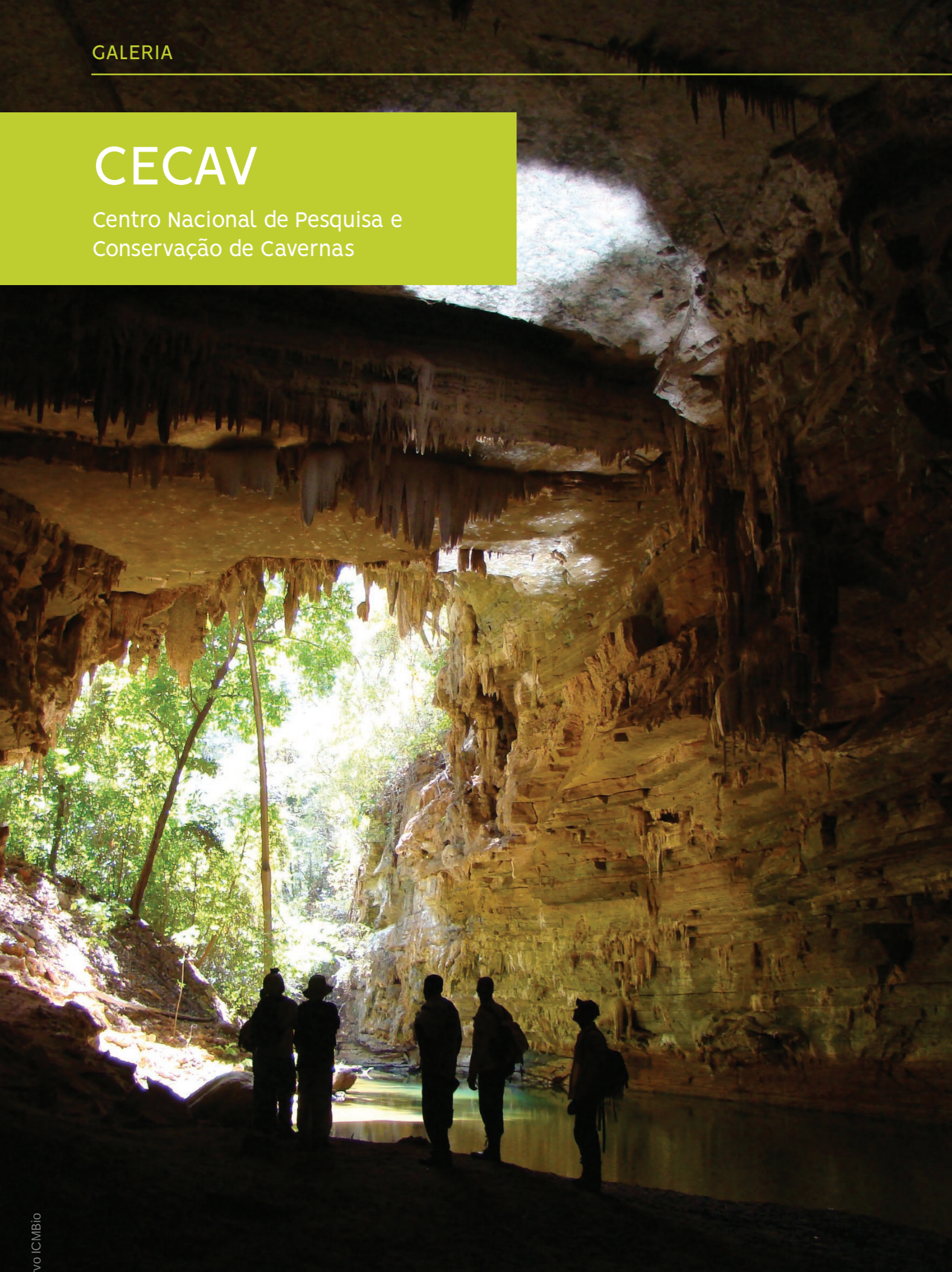


Foto: Acervo ICMBio



Foto: Cristiano Ferreira



Foto: Cristiano Ferreira



Foto: Cristiano Ferreira



Foto: Rafael Scherer



Foto: Enrico Marone

ICMBIO LANÇA ATLAS DOS MANGUEZAIS DO BRASIL



O litoral brasileiro abriga uma das maiores riquezas biológicas do planeta: os manguezais. Eles são importantes para amenizar o efeito estufa, pois sequestram dióxido de carbono da atmosfera, e ainda são barreiras naturais contra a erosão. O Brasil é o segundo país do mundo em extensão de mangues, com aproximadamente 14 mil km².

Um total de 120 unidades de conservação (UCs) protegem manguezais em seu interior, abrangendo uma área de

12.114 km², o que representa 87% do ecossistema em todo o Brasil. Com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca dessa riqueza biológica, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) reuniu diversas informações sobre o assunto, culminando no lançamento do Atlas dos Manguezais do Brasil.

A publicação em formato digital é fruto do Projeto Manguezais do Brasil (GEF/Mangue), implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desen-

volvimento – Brasil (PNUD), com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), e coordenado pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de UCs (Disat/ICMBio).

DADOS INÉDITOS

Segundo o então presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski, a elaboração do atlas é um marco para o Brasil por se tratar da primeira iniciativa nacional, trazendo dados inéditos e apontando caminhos prioritários para a conservação desse importante ecossistema. “O trabalho contou com a contribuição de diversos parceiros, entre

servidores, pesquisadores e colaboradores, que voluntariamente contribuíram para o projeto, demonstrando dedicação, integração e responsabilidade com os assuntos relacionados à conservação dos manguezais do Brasil”, ressaltou Soavinski.

“O Instituto pretende lançar a versão impressa por ocasião da realização de seminário para apresentar os resultados obtidos pelo Projeto Manguezais do Brasil e discutir as lições aprendidas e perspectivas para a conservação da biodiversidade dos manguezais brasileiros”, afirmou Cláudio Maretti, diretor da Disat e também do projeto.

O Atlas dos Manguezais do Brasil está disponível no link: <https://bit.ly/2K5L4gd>



Foto: Enrico Marone

PATAXÓS CELEBRAM TERMO DE COMPROMISSO COM O ICMBIO

O termo de compromisso entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os indígenas de seis aldeias pataxós que vivem no interior do Parque Nacional do Descobrimento (BA) foi recebido com grande festa. Anciões, caciques, jovens e até as crianças se reuniram para celebrar o começo desta grande etapa nas relações entre o ICMBio e os indígenas. O termo de compromisso foi assinado pelas lideranças indígenas em Brasília, no início do mês de abril.

“Este acordo marca um avanço no diálogo entre o ICMBio e os pataxós. É um processo que requer muita

responsabilidade, mas já mostra que podemos fazer dar certo”, comemorou o então presidente do Instituto, Ricardo Soavinski.

O termo de compromisso é um marco nas relações entre governo brasileiro e pataxós, marcadas por tensões nas últimas décadas. Após a criação do Parque Nacional do Descobrimento, em 1999, os conflitos se intensificaram, já que as aldeias ocupam cerca de 20% do território da unidade.

“Para nós é uma honra assinar este acordo e receber esta festa”, disse o cacique Diego, anfitrião da festividade. “É uma luta que ocorre há oito anos. Agora, será uma respon-

sabilidade manter o Parque Nacional do Descobrimento, patrimônio público que pertence não só ao índio, mas a todos os brasileiros”, concluiu.

AUÊ: CELEBRAÇÃO E AGRADECIMENTO

Para celebrar o acordo, os indígenas fizeram um “auê”, comemoração em agradecimento a todos que estiveram envolvidos no processo. O ICMBio foi representado por Ricardo Soavinski; pelo coordenador regional substituto, Fábio Faraco; e pelos analistas da Coordenação-geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), Erika Fernandes e João Madeira, membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) responsável pela elaboração do acordo.

Também participaram da festa representantes da Funai, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, além de professores universitários e lideranças indígenas de outras aldeias. Durante a celebração, as aldeias apresentaram danças típicas, declamaram poesias, cantaram músicas feitas para a ocasião e representaram cenicamente o histórico de lutas do povo pataxó. “Uma nação que não honra a sua história, seus antepassados e seus povos originários é uma nação que vai deixar sua memória e sua ancestralidade morrer”, declarou a analista da CGSAM, Erika Fernandes. Durante todo o evento, os participantes lembraram que o termo de compromisso



Foto: Ramilla Rodrigues



Foto: Ramilla Rodrigues



Foto: Ramilla Rodrigues

SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORIA DE RPPNS SERÁ COMPARTILHADO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

pode ser uma solução viável para outros casos de sobreposição entre unidades de conservação e terras indígenas. “A coisa mais bonita que vi quando entrei no parque foi a nova marca da unidade, que ganhou um cocar”, ressaltou o analista João Madeira.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O acordo definiu o etnozootecnia da área de sobreposição, estabelecendo zonas de uso intensivo (onde se localizam as moradias, estruturas comunitárias e de beneficiamento de produtos, como farinhas, além das roças e áreas de criação de pequenos animais), uso intermediário (onde será possível o plantio em moldes agroflorestais e o uso sustentável de pequenas quantidades de madeira verde) e uso restrito, correspondente a mais de 90% da área sobreposta, onde apenas pequenos usos extrativistas, ritualísticos

e turísticos serão possíveis.

Acordou-se que não será permitida a caça, mas será possível o estabelecimento de criadouros de espécies silvestres cinegéticas nas zonas de uso intensivo. Foram definidas as atividades permitidas sem necessidade de comunicação ao ICMBio, outras que demandam simples comunicado e aquelas que poderão ser realizadas somente mediante autorização do ICMBio.

FUTURO

Segundo o cacique Diego, os planos para o futuro são promissores. “Com o acordo, a gente vai poder trabalhar em outros projetos para gerar renda para a comunidade, como agroecologia, e na área de uso público, estruturando as aldeias para recebermos turistas e parentes que porventura não puderem arcar com hospedagem”, destacou o cacique.

O ICMBio está desenvolvendo o módulo de compartilhamento do Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN (SIMRPPN). Os estados e municípios que quiserem adotar o sistema poderão utilizá-lo de forma autônoma, sendo responsáveis pela administração, validação e publicação das informações das reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) de sua competência.

Atualmente, o SIMRPPN está funcionando somente com o módulo de criação de reservas, que proporciona mais agilidade e transparência no seu reconhecimento. Paulo Carneiro, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman/ICMBio), explica que “a ideia é que o interessado na criação de uma unidade entre no sistema e escolha em qual órgão deseja reconhecer sua RPPN, podendo optar pelos governos federal, estadual ou municipal, desde que esses tenham legislação para criá-la e queiram utilizar o sistema”.

PLANO DE MANEJO

Uma novidade que estará disponível no compartilhamento do sistema é o módulo de plano de manejo. Nele, o proprietário poderá elaborar o planejamento de sua reserva de forma online, utilizando ferramentas georreferenciadas que permitirão espacializar o zoneamento, por exemplo, além de mensurar por meio de ícones as atividades, infraestrutura e serviços existentes na unidade de conservação (UC).

Segundo Ricardo Brochado, coordenador-geral de Criação e Manejo de UCs, será um grande avanço no processo de elaboração de planos de manejo para essa categoria, “pois o proprietário terá a oportunidade de visualizar em tempo real o planejamento de sua reserva e definir a melhor forma de gestão”, resalta o coordenador.



Foto: Renato Rizzaro



Foto: Renato Rizzaro



Foto: Renato Rizzaro

MONITORAMENTO

Além desses módulos, o sistema disponibilizará a ferramenta de monitoria, que realizará o acompanhamento das reservas. Segundo o consultor ambiental Luciano de Souza, “esse módulo, além de armazenar informações e dados das unidades, realizará uma série de análises que aprimorará o monitoramento e a gestão das RPPNs”.

PROJETO LIFEWEB

O aprimoramento do Sistema Informatizado de

Monitoria de RPPN (SIMR-PPN) é apoiado pelo Projeto Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/ LifeWeb), que tem como parceiro o Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente. Sua implementação é realizada pela agência de cooperação alemã GIZ, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), financiada pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU).



Foto: Renato Rizzaro

ENTREVISTA COM PEDRO MENEZES, COORDENADOR-GERAL DE USO PÚBLICO E NEGÓCIOS DO ICMBIO

O ICMBio tem apostado no uso público como um aliado da conservação da natureza. Na sua opinião, por que é importante ampliar a visitação nas nossas unidades de conservação (UCs)?

No ICMBio, nós trabalhamos com três pilares para o uso público. O primeiro pilar é o das concessões, que geram arrecadação e ajudam o Instituto a se manter. A ideia é atrair parceiros que ofereçam serviços que não estão entre as nossas atividades-fim (restaurantes, aluguel de bicicletas, hospedagem, etc). O segundo pilar é a sensibilização da sociedade: nós não conseguiremos alcançar uma relevância dentro do sistema governamental brasileiro se uma grande parcela da população não conhece e não entende o papel das UCs. O terceiro e último pilar é fazer com que o uso público seja uma ferramenta de conservação. O melhor exemplo disso são as trilhas de longo curso, que conectam paisagens e contribuem para a conservação de espécies.

Ao longo do último ano, quantos quilômetros de trilhas foram abertos ao público?

Nós trabalhamos com um “trilhômetro” que vai sendo atualizado à medida que as unidades nos abastecem com informações. Nos últimos 18 meses, foram abertos 1.173 km de trilhas em todo o país. Pesquisas mostram que a maior parte dos visitantes realiza caminhadas de até três horas, o que equivale a cerca de 10 km. A nossa meta, portanto, é que todas as unidades abertas ao uso público ofereçam no mínimo 10 km de trilha para atender a esse público.

Como o ICMBio vem investindo na criação do Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso?

Seguindo modelos que já foram testados e deram certo em outros países, estamos lançando as bases de quatro grandes trilhas nacionais: Caminhos Coloniais (do Rio de Janeiro até Goiás Velho), Caminhos do Peabiru (do Parque Nacional do Iguaçu ao litoral paranaense), Caminho dos Goyazes (de Goiás Velho até a Chapada dos Veadeiros) e Corredor Litorâneo (do Oiapoque ao Chui).

Como se dá a implementação desse tipo de trilha?

Pouca gente percorre uma trilha de longo curso do início ao fim, então a implementação é feita de forma que o trajeto maior se divida em vários trajetos regionais, planejados para um tempo médio de 20 dias de caminhada, coincidindo com o período de férias. Além disso, as nossas trilhas de longo curso também vêm sendo pensadas de modo a oferecer um trecho para pernoite de fim de semana (para atender à demanda de quem mora perto da UC). Estamos implementando as trilhas a partir da estratégia da “linha tracejada”: começamos pelos trechos onde há melhor governança, geralmente as áreas protegidas, e deixamos os locais mais difíceis para depois. A geração de emprego e renda e a própria pressão do uso fazem com que esses lugares mais difíceis (as “linhas tracejadas”) sejam também implementados e sinalizados.

De que forma as trilhas de longo curso podem desenvolver as economias locais e ainda contribuir para a conservação de espécies?

As trilhas de longo curso geram emprego e movimentam a economia regional, pois atraem pessoas de fora, que vão precisar de hospedagem, alimentação e outros serviços. Além disso, elas também servem como conectores de paisagens, reduzindo o isolamento das unidades de conservação e evitando que elas se tornem ilhas biogeográficas. Nesse sentido, as trilhas permitem o fluxo genético de espécies entre as UCs. O Corredor Litorâneo, por exemplo, foi pensado a partir da informação de que o maior corredor de migração de pássaros se dá ao longo da costa, a partir do Chui. A escolha dessa trilha não foi aleatória, foi planejada para casar com essa migração de fauna.

Qual a importância de uma boa sinalização nas trilhas e como o ICMBio tem atuado nesse sentido?

Uma boa sinalização é importante por duas razões. A primeira, e mais óbvia, é evitar que as pessoas se percam. A segunda tem a ver com a conservação, pois a sinalização é também uma ferramenta de manejo: às vezes o caminho mais simples passa por uma área frágil, que deve ser poupada, e isso se resolve com os instrumentos de sinalização. No que se refere às trilhas de longo curso, é importante ressaltar que o que dá sentido a uma trilha nacional é a sinalização padronizada. Pensando nisso, nós estabelecemos uma sinalização que siga a padronização nacional, mas que também permita uma identidade local, uma sensação de pertencimento. Todos os trajetos estão sendo sinalizados com a marca da pegada em amarelo e preto, mas o desenho da pegada muda a depender do local da trilha, personalizando cada caminho regional com suas próprias características. Com o objetivo de reunir todas as orientações e estratégias de sinalização, acabamos de elaborar um manual técnico que pode ser utilizado por outros órgãos e adotado em áreas não federais.

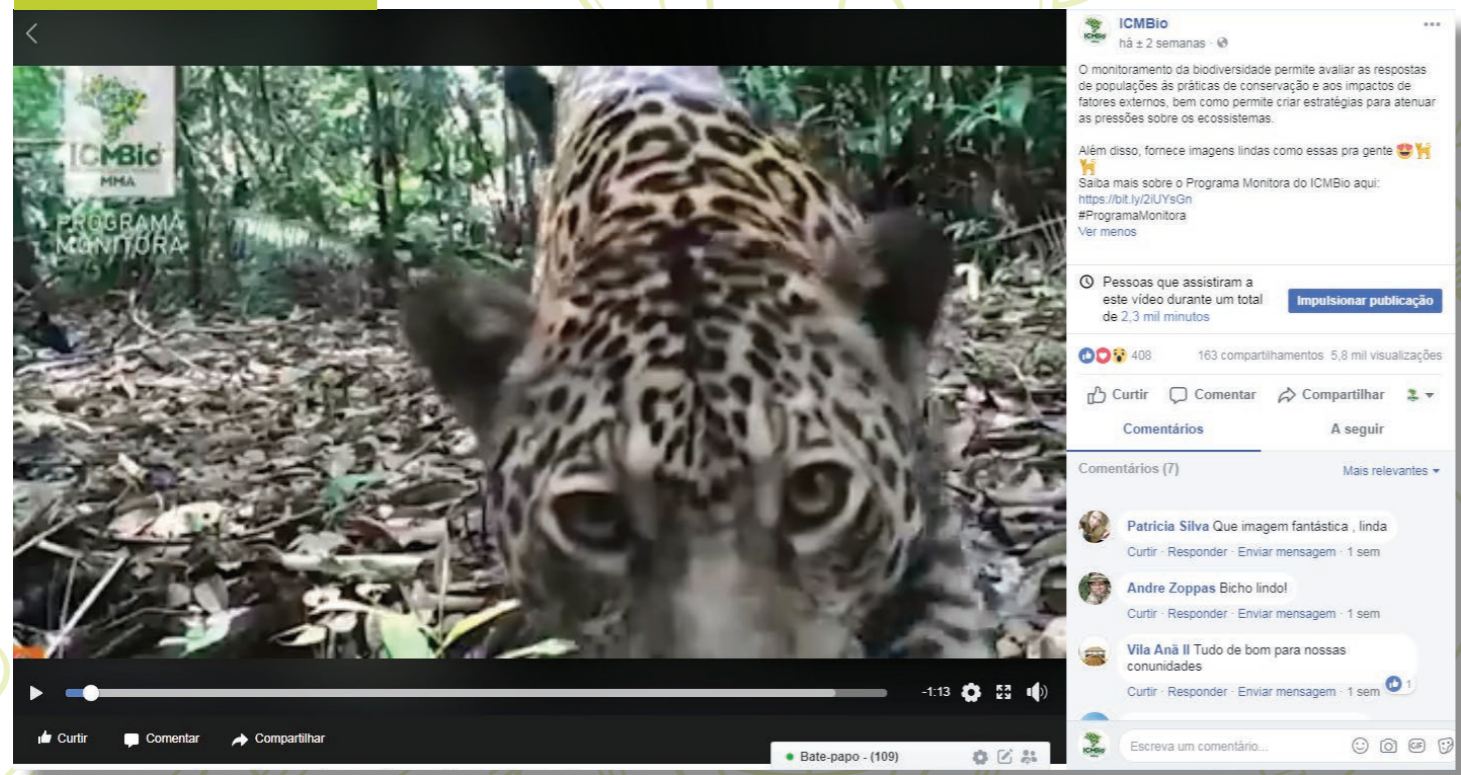


#BOMBOU NAS REDES SOCIAIS

Siga o ICMBio nas redes sociais!

youtube.com/canalicmbio

facebook.com/icmbio



ICMBio há 2 semanas · 🌐

O monitoramento da biodiversidade permite avaliar as respostas de populações às práticas de conservação e aos impactos de fatores externos, bem como permite criar estratégias para atenuar as pressões sobre os ecossistemas.

Além disso, fornece imagens lindas como essas pra gente 🐾

Saiba mais sobre o Programa Monitora do ICMBio aqui: <https://bit.ly/2IUy5Gn>
#ProgramaMonitora Ver menos

Pessoas que assistiram a este vídeo durante um total de 2,3 mil minutos **Impulsionar publicação**

408 163 compartilhamentos 5,8 mil visualizações

Curtir Comentar Compartilhar

Comentários A seguir

Comentários (7) Mais relevantes

Patricia Silva Que imagem fantástica, linda
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 sem

Andre Zoppas Bicho lindo!
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 sem

Vila Anã II Tudo de bom para nossas comunidades
Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 sem

Escreva um comentário...

@icmbio



icmbio • Following

icmbio O Brasil é o país mais rico do mundo em número de espécies de araras, papagaios, maracanãs, periquitos, tirivas e tuins, totalizando 87 espécies distintas que compõe a família dos psitacídeos. Entretanto, também apresenta o maior número de espécies (17) dessa família ameaçadas de extinção.

O programa "Papagaios do Brasil: Integração e articulação das ações do PAN Papagaios" tem ações previstas até 2021, entre atividades de educação para conservação da natureza, pesquisas e participação de instituições públicas e privadas. O programa conta com apoio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza e realização da SPVS, Parque das Aves, Fundação Neotrópica, Associação Amigos do Meio Ambiente (AMA) e Cemave/ICMBio.

3,079 likes
MAY 7

Add a comment...

@icmbio



ICMBio @ICMBio

Equipe do ICMBio realiza expedição científica em trecho de mata inexplorada no Parque Nacional do Iguaçu. Foram 15 quilômetros durante três dias em uma floresta virgem, entre os rios Silva-Jardim e Floriano. Saiba mais: bit.ly/2Ie86QJ

11:04 - 10 de mai de 2018

6 Retweets 33 Curtidas

Adicionar outro Tweet

Media Social

BIODIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio

EDIÇÃO E REVISÃO

Nana Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Raposo

CHEFE DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Márcia Muchagata

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1o andar

CEP: 70670-350 - Brasília/ DF Fone +55 (61) 2028-9280

ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



PARA RECEBER

esta revista mensalmente
envie nome completo e e-mail para
comunicacao@icmbio.gov.br

PARA DEIXAR DE RECEBER

esta revista
envie a solicitação para
comunicacao@icmbio.gov.br



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

